

POLÍTICA EDUCACIONAL NO CAMPO: ESPAÇO DE AÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA NO BRASIL

Aparecida do Carmo Lima

Mestranda em Educação na Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Email: cidaems@gmail.com

Amélia Kimiko Noma

Professora Associada do Departamento de Fundamentos da Educação da UEM

Doutora em História pela PUC-SP

Email: aknoma@uem.br

RESUMO

O objetivo deste texto é analisar a constituição de práticas educativas no MST/PR (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra/Paraná), que se articulam com políticas públicas de educação e recebem subsídios do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Para o MST/PR, os processos formativos visam à formação dos sujeitos do campo para que estudantes e egressos contribuam na organização da produção nas áreas de Reforma Agrária e de Comunidades Camponesas. É nessa perspectiva que vem sendo construída a prática pedagógica de formação de técnicos em Agroecologia na Escola Milton Santos, em Maringá/PR.

Palavras-chave: Política Educacional do Campo, Movimentos Sociais e Educação, Formação em Agroecologia

EDUCATIONAL POLICIES IN THE RURAL AREA: SPACE FOR ACTION OF LANDLESS RURAL WORKERS' MOVEMENT IN BRAZIL

ABSTRACT

The main goal of this text is to analyze the constitution of educational practices within MST/PR (Landless Rural Workers' Movement/Paraná, on Brazilian abbreviation) that are articulated to public educational policies and receive financial support from Pronera (National Program of Education and Land Reform). MST/PR assumes that formative processes can educate individuals

from rural areas in order for students and former students contribute to organize the production in areas of land reform and peasant communities. A pedagogical practice has been developed from this perspective seeking to certify technicians in Agroecology at *Milton Santos* school in Maringá, in state of Paraná.

Keywords: Educational Policies in Rural Areas; Social Movements and Education; Agroecology

POLÍTICA EDUCACIONAL NO CAMPO: ESPAÇO DE AÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO BRASIL

Aparecida do Carmo Lima

Amélia Kimiko Noma

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é fruto das contradições históricas da sociedade brasileira, sobretudo com a ampliação do capitalismo no campo, a partir de meados dos anos 1970. Entende-se que as ações coletivas protagonizadas pelos sujeitos coletivos, os sem-terra, resultam da necessidade de socializar bens materiais e imateriais, tidos como propriedade privada da classe dominante. De modo contraditório, os sujeitos sociais do campo, organizados em Movimentos Sociais Populares, demarcam espaço na sociedade, desvelando problemas estruturais, assim como suas causas e consequências. Opõem-se ao projeto preconizado pela classe dominante e buscam intervir e organizar processos sociopolíticos, visando à socialização de bens materiais e à ampliação do processo de consciência de classe.

Simultaneamente ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro no campo, a política educacional nele implantada pautou-se na dicotomia histórica entre o campo e a cidade, articulada às estratégias da classe dominante. A luta por políticas públicas de educação no campo resulta das necessidades dos trabalhadores envolvidos no processo de luta por uma sociedade sem exploração. Considera-se importante debater a questão das políticas educativas para os sujeitos do campo, já que uma das necessidades da coletividade que pertence ao MST é a apropriação do conhecimento para somar-se à construção de intervenções oriundas da classe trabalhadora. Em razão da complexidade das relações construídas e interligadas nas práticas educativas de caráter formal-informal, a tarefa de contribuir na formação de sujeitos críticos exige permanente reflexão, em consonância com o desafio de construir uma educação vinculada à luta pela organização coletiva e à formação para a emancipação humana.

Concomitantemente, ampliou-se a ofensiva da classe dominante para com os sujeitos do campo, em função da defesa do projeto hegemônico na perspectiva da reestruturação e incorporação de novas forças produtivas para a organização do trabalho, visando a uma produção destinada aos interesses da capital. A partir de meados dos anos 1990, o projeto hegemônico de

desenvolvimento do campo passou a ser articulado, predominantemente, pelo capital financeiro internacional, por intermédio de empresas transnacionais, que passaram a controlar o mercado agrícola e também os recursos naturais.

Os movimentos sociais buscaram e buscam a construção de uma unidade política para enfrentar as contradições e organizar práticas sociais de resistência no campo. O MST, nos seus 25 anos de história, tem desenvolvido um conjunto de processos político-organizativos de confrontação à lógica de funcionamento do capitalismo. No interior do movimento, as práticas socioeconômicas (assentamentos e acampamentos) e as práticas educativas possuem características contraditórias pela sua inserção concreta na sociedade de classe. Manifestam os limites e expressam as brechas de possíveis dimensões que podem consolidar-se na luta pela emancipação humana.

Para o movimento social, a Agroecologia, constitui-se em uma base teórica metodológica que pode somar na construção de um novo jeito de viver no campo e na construção da estratégia política dos Movimentos Sociais do Campo, visando forjar um Projeto Popular para o Campo. Devido à ausência de políticas públicas – de educação, crédito e acompanhamento técnico – no campo, entende-se que a mudança na forma de produzir a luta por tais políticas e a educação no sentido amplo são tomadas como dimensões políticas na disputa de projeto de campo entre os grupos sociais antagônicos.

O presente texto está organizado em três momentos: a) a constituição da política educacional para as populações do campo; b) a constituição das práticas educativas no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as quais se articulam, em parte, por meio de políticas públicas de educação com subsídio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera); c) a particularidade de uma prática pedagógica de formação de técnicos em Agroecologia da Escola Milton Santos, localizada no município de Maringá, no Paraná.

A constituição da política educacional para as populações do campo

A questão educacional no campo tem vínculo orgânico com a gênese da formação desta sociedade. A história da educação brasileira, explica Ribeiro (1981), tem como característica a consolidação do projeto da sociedade capitalista. No documento do MEC, elaborado pelo Grupo Permanente de Trabalho e Educação do Campo (BRASIL, 2004, p. 7), consta que “(...) a escola no campo brasileiro surge tardiamente e não institucionalizada pelo Estado”. Apesar da gênese agrária do Brasil, não houve menção à educação do campo nos textos constitucionais até 1891.

Historicamente, as populações do campo têm ficado à margem da consolidação de uma política educacional específica, herança do descaso e da ausência de políticas públicas voltadas aos sujeitos oriundos do campo. Entendemos que as políticas educacionais de abrangência às populações do campo, no final da década de 1980 em trânsito para os anos 1990, mantiveram as características e traços da educação rural, associada à política de ação do Governo Federal e às reformulações da política agrária e agrícola brasileira.

Desde meados do século XX, os trabalhadores do campo reivindicavam direitos fundamentais que, no início do século XXI, ainda estão por serem conquistados. Após a ditadura militar, esses trabalhadores, organizados para satisfazer suas necessidades vitais e políticas, reivindicam o direito ao trabalho e à educação, compreendida aqui como o acesso e a apropriação do conhecimento histórico, científico e técnico.

No percurso de constituição das políticas educacionais para o campo, as instituições que propuseram algumas atividades para atender a estas populações estruturaram ações articuladas à divisão social do trabalho e, particularmente, à consolidação de uma educação diferenciada para os que pensam e os que executam, cuja dimensão ainda não foi superada. Tais políticas educativas objetivam uma formação instrumental, com ênfase na profissionalização e socialização de conteúdos básicos que possibilitem aos trabalhadores operar as ferramentas por meio de técnicas e maquinarias incorporadas ao processo de modernização e industrialização parcial do campo.

Ressalta-se que, na história da política educacional brasileira, a atenção por parte do Estado com as populações e as escolas do campo aconteceu de modo mais acentuado no final da década de 1980, com a aprovação da Constituição de 1988, que estabeleceu a educação como direito de todos. Em meados dos anos 1990, a luta por uma política educacional no campo adquiriu uma dimensão maior, os sujeitos sociais do campo, pertencentes aos Movimentos Sociais Populares, passaram a demarcar a atuação política em espaços públicos na luta pela educação. Com o acúmulo desses processos, ampliou-se a luta e conquista por política social e pública de educação, com a participação da sociedade civil organizada.

Desde o final dos anos de 1990, o MST tem feito intervenções e concretizado a organização e a construção de processos educativos, entendidos como práticas educativas, associadas à formação política e à educação escolar em cursos formais e informais. Tem buscado garantir a efetivação das suas estratégias políticas, contribuindo para a democratização da propriedade privada da terra, orientando sua ação política pela democratização do conhecimento, contrapondo-se à sociedade de classes, em que os bens materiais e os bens culturais têm se efetivado como

“propriedade e mercadorias”.

A Educação do Campo constitui-se como processo de luta social, de reflexão coletiva e de práticas educativas forjadas nas lutas dos Movimentos Sociais do Campo, que concebem a educação como parte de um projeto político e social mais amplo. Entende-se que a Educação do Campo nasceu como mobilização dos povos do campo, organizados em Movimentos Sociais que lutam

“(…) por uma política educacional para as comunidades camponesas (…) precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, na afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas” (CALDART, 2008, p. 72).

Na transição do século XX para o século XXI, os desapropriados do direito de reproduzir a vida, por mediação da luta social e da organização coletiva, demarcam, no campo da luta política, a luta por direitos. A sua compreensão é que, quando se nega o acesso à terra, nega-se o trabalho, a produção da cultura, o direito à educação e os demais direitos sociais.

Na luta pela Reforma Agrária – pela qual perpassam as contradições e tensões presentes nos marcos da sociedade capitalista –, os sujeitos sociais do campo vivenciam a indissociável relação entre trabalho e educação. O princípio ontológico e histórico entre trabalho e educação tem-se constituído como base da formação dos sujeitos sociais à medida que se tem a socialização dos meios de produção e o usufruto dos conhecimentos historicamente acumulados. Esta questão constitui-se nos limites da luta pela emancipação política, porque parte da conquista dos direitos só se efetiva em confronto com o Estado, o qual, em sua ação de implementação de políticas sociais e públicas, atua sob condicionantes das relações macroeconômicas e políticas vigentes no modo de produção capitalista. Significa que nem sempre as reivindicações dos trabalhadores são acatadas e efetivadas conforme os anseios dos sujeitos sociais. Ressalte-se que a luta pela emancipação política tem como horizonte forjar processos constitutivos da luta pela emancipação humana.

A luta por políticas públicas de Educação no interior do MST

A luta por políticas públicas educacionais no campo brasileiro tem suas ações desencadeadas pelo protagonismo dos sujeitos sociais do campo. No caso do MST, este processo é resultado do

acúmulo de lutas por políticas públicas nas áreas de Reforma Agrária nos assentamentos e acampamentos. Tem-se como marco importante, no ano de 1997, o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), organizado pelo MST e com o apoio da Universidade de Brasília (UNB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outras entidades.

Na construção do projeto político de educação do campo em 1998, várias entidades reuniram-se para discutir e socializar a necessidade de políticas públicas para os povos do campo. Realizou-se a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em Luziânia, Estado de Goiás, promovida em parceria entre MST, UNB, UNICEF, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciências e Cultura (UNESCO) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Compartilha-se com Caldart (2004b) o posicionamento de que o ano de 1998 significou um marco histórico na definição de um novo modo de lutar e de pensar a educação para o povo brasileiro que produz a vida no campo. A partir disto, tanto o debate quanto a mobilização popular passaram a remeter ao conceito de Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. O sujeito social participante desta questão “reafirma que o campo é espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos” (CALDART, 2004b, p. 15).

A compreensão do significado da luta pela educação como direito dos sujeitos do campo desencadeou a organização e a implementação de outras atividades. A criação do Grupo Permanente de Educação do Campo, instituído pelo Ministério da Educação, com a presença dos movimentos sociais, mediante estudo e trabalho, apresentou a necessidade de o poder público redirecionar uma legislação específica de Educação do Campo.

O conceito de Educação do Campo é novo, próprio do atual tempo histórico, decorrente da luta e mobilização das populações do campo na década de 1990. De acordo com Caldart, a Educação do Campo somente pode ser compreendida e discutida no contexto do seu surgimento,

“(…) a sociedade brasileira atual e dinâmica específica que envolve os sujeitos sociais do campo (...) É um conceito novo e em disputa porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes” (CALDART, 2008, p. 69).

Na reflexão de Caldart, “(…) a materialidade educativa de origem da Educação do Campo está nos processos formadores dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais do campo”.

Neste contexto, esse novo conceito teórico e prático

“(…) desafia o pensamento pedagógico a entender estes processos econômicos, políticos, culturais como formadores do ser humano e, portanto, constituintes de um projeto de educação emancipatória, onde quer que ela aconteça inclusive na escola” (CALDART, 2008, p. 81).

Caldart (2004b) estabelece outro elemento de distinção ao se referir ao protagonismo e à centralidade dos sujeitos do campo. Não se trata mais de uma educação para o povo do campo e sim de uma educação do e no campo. “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2004b, p. 27). Na perspectiva dos Movimentos Sociais do Campo, a luta pelo direito ao trabalho e à educação e por políticas públicas para efetivar a construção da escola no e do campo tem se constituído como uma das ferramentas de luta dos trabalhadores organizados do campo.

A educação propalada como um direito de todos norteia a política nacional denominada de inclusiva e que, afirma o legislador, almeja a efetivação da igualdade constitucional. A justificativa oficial é que a promoção da inclusão de grupos notoriamente discriminados, visando superar o processo de exclusão historicamente imposto aos mesmos, deve ser realizada por intermédio de políticas de ações afirmativas e compensatórias. Em consonância, o foco da política nacional volta-se à integração e à inclusão educacional desses sujeitos na rede regular de ensino, alinhando-se à tendência mundial que preconiza a oferta de educação básica para todos. Foi dentro desses marcos que foi aprovada a legislação que reconhece a diversidade e a abrangência da educação do campo, contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96.

Em 2002, aprovou-se legislação que contempla a especificidade da educação do campo e a modalidade da educação básica como direito das populações do campo, sob responsabilidade do poder público. Simultaneamente às lutas e pressões políticas dos Movimentos Sociais do Campo, houve a aprovação de uma resolução sobre a política da Educação do Campo. O Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução 01/2002, instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. A ação do poder público com a implantação desta medida constitui-se por meio da intervenção das Secretarias de Educação Estaduais, no que tange às questões sobre a educação básica, a educação escolar do campo, e, também, pela esfera Federal por intermédio de programas educacionais.

No contexto das lutas e das conquistas de políticas sociais e públicas de educação, persiste uma relação tensa entre os sujeitos que as reivindicam e a sua implantação. Como salienta Netto (2003, p. 16), as políticas sociais sempre são campo de tensão “(...) seja na sua formulação, onde se embatem projetos de concepção e objetivos distintos, seja na implementação”. Elas estão articuladas a relações econômicas e políticas em determinado modo de vida social e à correlação de forças políticas das classes antagônicas na disputa de projeto. O que significa dizer que o fato de o Estado tratar a todos como se tivessem a mesma condição de acesso aos direitos sociais, concebidos apenas como direitos universais formais, produz o acirramento das desigualdades já existentes na sociedade (DUARTE, 2008). É preciso se lembrar de que, na sociedade de classes, a promessa de educação para todos não significa educação igual a todos.

Partilhando destas reflexões, ressalta-se que os Movimentos Sociais do Campo, por meio das lutas e da organização, ampliaram, de forma parcial, os processos educativos na perspectiva do acesso à universalização aos Ensinos Fundamental, Médio e Superior, por meio da conquista do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Assentamentos da Reforma Agrária (Pronea). Para Molina (2008), a mobilização dos sujeitos do campo, que é organizada pela educação do campo e articula-se com o Pronea, mesmo vivenciando tensões na sua efetivação, tem-se realizado por práticas educativas concretas de escolarização dos assentados. Em alguma medida, essa conquista parcial de políticas sociais e públicas de educação pelo MST, em âmbito nacional, se estende aos espaços estaduais e locais. No percurso dos 25 anos de existência do MST, tem-se garantido diversas práticas educativas em parceria com as instituições públicas e outras organizações sociais.

As principais práticas educativas, articuladas na construção de políticas públicas de educação, têm se efetivado por meio de programas educacionais (MOLINA, 2008, p.20). As principais parcerias têm se realizado com as Escolas Técnicas das Universidades Federais e Estaduais e agregam os cursos técnicos em Agropecuária e Agroecologia; cursos de alfabetização e escolarização, a formação em Magistério nos cursos de Ensino Médio, concomitantemente com a formação profissional; a formação de agentes comunitários em Saúde; cursos de extensão e de especialização; administração de cooperativas, Educação do Campo e educação de jovens e adultos; curso de nível superior; pedagogia para educadores do campo; Agronomia e Agroecologia; curso de Direito e Sociologia Rural. Outra conquista política de educação é a Escola Itinerante, que visa garantir o acesso à escola pública e a permanência de crianças sem-terra, bem como a manutenção e a formação dos educadores do campo, em articulação com a Secretaria Estadual de Educação.

Centros/escolas de formação em Agroecologia do MST/PR

O MST/PR propõe a formação política e técnica de jovens e adultos em curso de Agroecologia, prática educativa que busca concretizar um fazer educativo que almeja formar sujeitos que se engajem na luta pela emancipação humana, que compreendam uma determinada realidade e se disponham a transformá-la. Vinculando processos formativos com a sociedade civil organizada, criou-se, no ano de 2000 e simultaneamente à realização da II Conferência Paranaense por uma Educação Básica do Campo, a Articulação Paranaense por uma Educação Campo.

Uma das lutas dos trabalhadores oriundos dos Movimentos Sociais do Campo é a luta pela apropriação do conhecimento histórico, científico e técnico produzido pela humanidade (LIMA, 2008). Os sujeitos sociais do Movimento Social no Estado do Paraná têm como marco a luta por políticas públicas que possibilitem os trabalhadores terem o domínio dos meios de produção, obtendo autonomia, em vista da construção do projeto político de sociedade, sem serem explorados e nem exploradores. Lima (2008) afirma que, para o MST/PR, uma das ferramentas estratégicas encontradas para a consolidação da proposta dos trabalhadores do campo foi a Agroecologia, assumida como base teórico-metodológica em práticas educativas, objetivando formar o militante-técnico, socialmente comprometido e habilitado para atuar profissionalmente nas áreas de Reforma Agrária e em comunidades do campo.

O processo de transição para a Agroecologia se constitui como uma experiência recente nos assentamentos de reforma agrária no Brasil (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA, 2008). Mas há diversas experiências sendo desenvolvidas e existe a consciência de que a Agroecologia é estratégica para o desenvolvimento dos assentamentos e uma possibilidade de garantir certo grau de autonomia aos agricultores e agricultoras e suas organizações. A Agroecologia é considerada como uma das bases científicas da agricultura.

A relação entre as práticas pedagógicas do MST/PR e o estudo da Agroecologia tem sido incorporada ao debate, na elaboração e na construção de práticas educativas para a formação de militantes técnicos, por ser constituída na perspectiva da formação vinculada a fundamentos teórico-metodológicos, sob o enfoque da Agroecologia (GLIESSMAN, 2005). Sabe-se que, na luta pela reforma agrária e construção de uma nova sociedade, a Agroecologia por si só não resolverá os problemas no campo, mas é passível de ser identificada como um instrumento contra-hegemônico de fundamental importância na resistência dos sujeitos do campo.

Existe a necessidade de os trabalhadores do campo desenvolverem práticas que lhes possibilitem permanecer no campo, reproduzindo sua existência com autonomia em relação aos pacotes

tecnológicos do capital. Apropriar-se dos conhecimentos e das práticas agroecológicas, transformando-as em ferramentas de luta e de enfrentamento direto com o sistema vigente, parece ser uma das principais vias.

Na América Latina, a construção da agricultura ecológica com o referencial teórico-metodológico da Agroecologia é ressignificada. Para Altieri (2004), esta tem procurado atender, simultaneamente, às necessidades de preservação ambiental e de promoção socioeconômica dos pequenos agricultores de comunidades camponesas e indígenas. Na compreensão do autor, a Agroecologia é vista como um paradigma técnico-científico capaz de guiar a estratégia de desenvolvimento rural sustentável, constituindo as bases científicas para uma agricultura ecológica. Para Gliessman, a Agroecologia tem se vinculado à “(...) aplicabilidade de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistema” (GLIESSMAN, 2005, p. 54). Tais autores contribuem para a reflexão concernente à reorganização da produção nos Assentamentos de Reforma Agrária.

Realizando estudo ancorado em materiais do MST/PR, Lima (2008) identifica que a perspectiva do movimento é que os centros/escolas de formação se constituem em um dos instrumentos que contribuem para o processo de formação do sujeito sem-terra. De acordo com o MST/PR (2006), espera-se que os mesmos se constituam e sejam assumidos como um dos espaços de formação e de educação, objetivando a apropriação do conhecimento histórico, científico e técnico. Com estes propósitos, o MST toma a iniciativa de construir práticas educativas que contribuam também para a capacitação de seus próprios integrantes, mediante apropriação do conhecimento histórico, associada à formação política e técnica, obtidas nos cursos formais, técnicos de nível médio, pós-médio e tecnólogos em Agroecologia. Desse modo, a expectativa é que todos os estudantes possam constituir-se como um militante técnico em sua função de acompanhar as famílias sem-terra nas áreas de Reforma Agrária e na organização da produção e dos assentamentos.

De acordo com a metodologia de formação desenvolvida nestas práticas educativas, os alunos são desafiados a acompanhar, desde o início do curso, aproximadamente 50 famílias, contribuindo tecnicamente na organização dos assentamentos e comunidades do campo. Durante o tempo em que permanecem nas comunidades, são desafiados a assumir atividades práticas e organizativas, estabelecendo uma relação com a comunidade da qual fazem parte, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento do campo e para a construção da Agroecologia.

As práticas educativas que desencadeiam a formação de militantes-técnicos em Agroecologia acontecem nos centros/escolas de formação, os quais foram construídos em diferentes regiões do

estado do Paraná. No decorrer das intervenções políticas e pedagógicas nestes espaços, as coordenações político-pedagógicas têm se articulado entre si com trocas de experiências e alguns encaminhamentos comuns.

Em levantamento realizado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia, 2008), no ano de 2009, existiam, em processo formativo nos centros/escolas de formação do MST/PR, nove turmas do curso técnico em Agroecologia, com cerca de 270 estudantes. De acordo com o CEAGRO/PR, os cursos técnicos e as atividades que se relacionam a eles têm potencial de atingir cerca de 13.500 famílias em todo estado do Paraná.

A seguir, apresentam-se, brevemente, os centros/escolas de formação vinculadas ao MST-PR e a experiência da Escola Latina de Agroecologia. A Escola Iraci Salette Strozak – o primeiro centro/escola do MST/PR, fundada em 1993, situa-se em Cantagalo – e a Escola Ireno Alves dos Santos – em Rio Bonito do Iguaçu – são vinculadas ao Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente (Ceagro). A Escola José Gomes da Silva, fundada em 2000, pertence ao Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itepa). Ambos estão sediados no Município de São Miguel do Iguaçu-PR e desenvolvem atividades no Assentamento Antonio Companheiros.

No ano de 2002, constituiu-se a Escola Milton Santos, no município de Maringá, que atualmente respalda sob pessoa jurídica a Associação de Trabalhadores na Educação e Produção em Agroecologia Milton Santos (Atemis). Em conjunto com os Movimentos Sociais do Campo vinculados à Via Campesina, foi inaugurado, no dia 27 de janeiro de 2005, o Instituto Latino Americano de Agroecologia, Educação e Pesquisa da Agricultura Camponesa (ICA), localizado no Assentamento Contestado, no Município da Lapa. Esse instituto e a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) são os responsáveis pela realização do curso de tecnólogo em Agroecologia.

A partir de 2007, os centros/escolas de formação, passaram a articular atividades em comum com a Casa Familiar Rural Padre Sasaki, localizada em Sapopema-PR, que começou suas atividades em 1994. A formação oferecida, até 2005, era de Ensino Fundamental Supletivo, com duração de três anos, e Qualificação em Agropecuária. No ano de 2006, foi aprovada a implementação do Ensino Médio Integrado ao Profissionalizante correspondente ao Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia. A Casa Familiar Rural é uma instituição educativa que trabalha com um método de educação adaptado ao jovem do meio rural. Seus focos principais são a família e sua realidade, aplica a Pedagogia da Alternância e é regida por uma

associação de agricultores, na sua maioria pais de alunos. Está vinculada à Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar-Sul).

Ressalta-se que os centros/escolas de formação não estão legalizados como escola ou instituição de ensino. São denominados com esta identidade por meio da atribuição de um significado pelos seus próprios sujeitos sem-terra, porque fazem escolarização com os cursos formais, estes certificados em parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR), atualmente representada pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) e o Incra, em razão dos recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). A Casa Familiar Rural Padre Sasaki tem o curso técnico certificado pelo governo do Paraná.

Identifica-se que cada espaço formativo citado acima comunga linhas políticas e princípios comuns dos Movimentos Sociais Populares. No que concerne ao processo político-pedagógico, cada um tem uma dinâmica própria, ligada à prática social das comunidades de agricultores, familiares camponeses e assentamentos de Reforma Agrária, destacando-se na formação e pesquisa de uma atividade técnico-produtiva específica. Nestes espaços, além dos cursos técnicos em Agroecologia, acontecem outras atividades formativas, como encontros, seminários, cursos e reuniões de interesse dos seus sujeitos e parceiros.

Centro/escola de formação Milton Santos - MST/PR

A Escola Milton Santos (EMS), situada no município de Maringá, nasceu do projeto do MST de conquistar espaços para a luta da Reforma Agrária e por uma transformação social mais ampla. A EMS é recente no processo de construção de um centro/escola de formação dos movimentos sociais populares do campo. Sua gênese articula-se, mediante algumas definições políticas acordadas pelos sujeitos sem-terra, a partir do 4º Congresso Nacional do MST, em 2000, em Brasília, a uma das linhas amplas de ação, tiradas como meta por esta organização: a Agroecologia. A Escola Milton Santos é fruto do processo de luta dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra pela Reforma Agrária, afirmam Lima (2008) e Pego (2008).

Para a concretização da Escola, o ITEPA conseguiu, em março de 2002, um termo de permissão de uso de bem público em uma área de 33 alqueires pertencente à Prefeitura de Maringá, o que foi aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores e deferido pelo Governo Municipal (gestão 2001 a 2004). Em 2002, uma das primeiras iniciativas dos trabalhadores sem-terra foi a construção do espaço físico da escola, juntamente com os educandos. A SEM iniciou seu funcionamento em 10 de junho de 2002, com a reestruturação física dos prédios que estavam em

ruínas. Concomitantemente, foi realizada a escolarização da primeira turma de estudantes do Ensino Médio supletivo no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEBJA) em Maringá.

Pontua-se que o processo de construção da escola, no primeiro momento, esteve vinculado ao curso técnico em Agroecologia. Na efetivação desta prática educativa, foi-se construindo e vivenciando a proposta da organicidade da Escola, as instâncias organizativas e políticas, o planejamento da produção e da infraestrutura e, sobretudo, a definição das estratégias metodológicas para a formação dos sujeitos participantes do movimento social e desta escola, dando ênfase à formação humana, política e técnica..S) do pelo MST, nos anos de 2000, constitui-se: que a de 2009. s no percurso da construção...

Quanto aos cursos formais realizados na EMS, o curso técnico em Agroecologia, na modalidade de pós-médio e Ensino Médio Integrado, é organizado em regime de alternância, que consiste no tempo/espaço-escola e o tempo/espaço-comunidade. Este modo de organizar e fazer o trabalho pedagógico prioriza a aproximação da escola com as comunidades de origem dos educandos, evitando a perda do vínculo com o trabalho e atuando na perspectiva da construção de um vínculo orgânico entre escola – curso – prática do movimento social.

Os cursos formais têm se constituído, mediante aprovação do Ministério da Educação, em parceria da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET/UFPR). Esta, atualmente, está representada pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) e o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (Incra), sob subsídio do Pronera, e “(...) visa contribuir para a promoção do desenvolvimento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental” dos sujeitos que vivem no campo (SANTOS, 2008, p. 12).

Com fundamento em consulta aos registros da Escola Milton Santos (2002, 2003, 2004) e trabalhos de Lima (2008) e Pego (2008), são assinalados, de forma breve, alguns marcos no percurso da construção desta prática pedagógica. O período de junho de 2002 a junho de 2003 se caracteriza como um processo de construção dos espaços físicos, da produção e da elaboração da proposta política e pedagógica da escola, e curso tinha a presença de trabalhadores de assentamentos e acampamentos da região Norte e Noroeste do Paraná e de estudantes que terminaram o nível médio.

Na continuidade das atividades, de junho de 2003 a dezembro de 2005, houve avanços no processo de realização de atividades práticas de recuperação do solo e da água no ambiente da escola. Também neste período, ocorreram experiências de produção agrícola e animal orientadas pela Agroecologia. Outro foco importante assumido pela escola no período foram atividades com

as tecnologias que focavam a produção de energias renováveis, prioritariamente a energia térmica e a energia elétrica por intermédio de fontes solares. A primeira turma do curso técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, turma Karl Marx, viveu e ajudou a construir na prática todo este processo, formando-se em 2005.

O ano de 2006 marcou o período de “amadurecimento” do processo pela compreensão acerca da Agroecologia, com avanços qualitativos no processo pedagógico e no âmbito da pesquisa. Decidiu-se dar início, mediante aprovação de dois projetos (Incra e ET-UFPR), a duas turmas do curso técnico em Agroecologia, uma no nível de pós-médio e outra no nível de Ensino Médio Integrado.

Em 2008, ocorreu a formatura da turma dois de nível pós-médio em Agroecologia, denominada de Vladimir Lênin. A turma três, Haydeé Santamaría, do curso técnico em Agroecologia- Ensino Médio Integrado, teve como meta concluir parte do processo formativo no ano de 2009. Concomitantemente à efetivação concreta das práticas educativas, a organização pedagógica destes cursos assumiu pressupostos teóricos e metodológicos pautados em práticas educativas de caráter informal e formal dos Movimentos Sociais Populares do Campo.

No percurso de seis anos de sua construção, a EMS vem se constituindo como um centro/escola de formação da classe trabalhadora, contribuindo diretamente para a formação de técnicos e militantes em Agroecologia. O coletivo da EMS entende que a formação em seu espaço deve ser constituída como um processo que contribua para a preparação de militantes, de estudantes e de dirigentes para a ação e transformação social, para o trabalho, o estudo, o cuidado com o ser humano e a natureza, para a pesquisa e a cooperação. Deve-se conceber a formação como um processo de transformação humana para a prática de novos valores e de caráter humanista e socialista. Os princípios pedagógicos buscam efetivar a relação entre a prática diária e a teoria estudada, refletindo sobre a realidade vivida, a qual deve ser utilizada como base para a produção e socialização de conhecimento e de transformação da realidade.

A Escola Milton Santos tem como objetivo geral estabelecer uma proposta de educação da classe trabalhadora, em que as técnicas e as ciências possam estabelecer parâmetros que ofereçam alternativas à agricultura convencional e que, portanto, volte-se para a vida humana com dignidade. Deve proporcionar o desenvolvimento de uma nova matriz tecnológica, substituindo a forma de produção tradicional pela Agroecologia, implantando novas técnicas de cultivo e facilitando o desenvolvimento econômico do agricultor, sem agredir o meio ambiente. A intenção é possibilitar o processo de escolarização, formação política e técnica dos sujeitos sem-terra dos projetos de Reforma Agrária e de outros sujeitos vinculados aos Movimentos Sociais

Populares do Campo e às organizações populares.

Para tanto, o método pedagógico da EMS é voltado à formação técnica, política e à capacitação das pessoas que nela participam, especialmente em vista do desenvolvimento da consciência organizativa e política, combinada com outras dimensões relacionadas à formação humana. São vivenciados diferentes momentos do processo educativo e das diversas vivências dos sujeitos e dos espaços da práxis educativa na coletividade.

Quanto à especificidade do curso técnico, este é desenvolvido em regime de alternância, há, simultaneamente, atividades teóricas e práticas no tempo/espço-escola e períodos de atividades de estágio no tempo/espço-comunidades, nas áreas de Reforma Agrária e nas comunidades do campo de origem dos alunos. Tais períodos, denominados como Tempo-Escola e Tempo-Comunidade, são compreendidos como tempos contínuos do processo educativo.

A opção da Escola Milton Santos por esse processo pedagógico do curso decorre da necessidade de propiciar formação humana e escolar aos sujeitos do campo vinculada aos Movimentos Sociais Populares do Campo. Compreende-se que a articulação dos eixos metodológicos na proposta pedagógica da escola (Escola Milton Santos, 2002, p. 4) faz parte da concepção das escolas do campo, que têm outra dinâmica. Consta também do projeto político-pedagógico da Escola Milton Santos (2003) a elaboração e o desenvolvimento dos cursos técnicos em Agroecologia, na modalidade de pós-médio e Ensino Médio Integrado. No estudo realizado por Lima (2008), são apontados os principais eixos metodológicos na formação do militante-técnico: a) o regime de alternância; b) o trabalho como elemento pedagógico fundamental; c) a formação integrada ao processo de produção; d) a organização dos tempos educativos; e) a organização de coletivos; f) a relação com a escola e a comunidade como elemento estratégico; g) a qualificação aliada à escolarização e à formação política.

Mediante as inúmeras dificuldades vivenciadas pelos sujeitos que participaram inicialmente da construção desta proposta, os estudantes e trabalhadores que se integraram aos diversos trabalhos na escola constituíram, no mínimo, quatro esferas importantes deste espaço educativo: a) bases para a definição sobre a estrutura de organização e funcionamento da escola; b) apontamentos sobre a forma de participação das turmas de estudantes da e na escola, assumindo o processo de autogestão da organização e realização do trabalho na escola; c) questões sobre a forma de construir a organicidade desta escola, possibilitando a leitura permanente das relações vivenciadas; d) a definição das responsabilidades do núcleo de base Milton Santos, as quais se constituem com os sujeitos permanentes que residem e trabalham na escola, assim como as definições das funções e linhas políticas dos setores de trabalho.

O entendimento por parte da direção político-pedagógica da escola é de que a construção desta prática pedagógica é coletiva, a qual tem articulado a reestruturação dos prédios e a formação humana dos trabalhadores, de maneira que os princípios políticos e pedagógicos da escola-curso sejam problematizados na prática. O fato de os sujeitos contribuírem diretamente para a construção da escola forjou um novo jeito de fazer escola e de fazer-se humano. Ou seja, na relação dialética entre o ato de projetar a escola e organizar-se para construí-la, foram se configurando as instâncias políticas e executivas e, sobretudo, traços da concepção do projeto de formação humana em construção por trabalhadoras e trabalhadores organizados.

Compreende-se que o significado desta opção metodológica da proposta pedagógica da escola Milton Santos vincula-se ao princípio da prática-teoria-prática, educação e vínculo orgânico com processos produtivos e sociais. Com isto, a leitura de processo da direção do movimento deriva da ideia de que a formação do militante-técnico não se resume às atividades de aula teórica, ou só ao tempo-escola, uma vez que a formação esperada dos educandos não seria forjada só na escola, mas na luta social, na organização coletiva, na construção do vínculo orgânico com a base social.

Persiste o desafio da construção de um fazer pedagógico em constante diálogo e aprimoramento entre a teoria e a prática, percorre e exige que o método pedagógico se constitua como mediador na vivência da práxis em todas as dimensões da formação humana. Ao construir a formação dos trabalhadores na perspectiva do movimento, a intencionalidade acerca do acompanhamento do processo formativo constitui-se como uma das determinantes que podem ou não possibilitar a inserção dos educandos na base do movimento. Ressalta-se a importância do acompanhamento da atuação dos egressos, tomando como parâmetro os objetivos estratégicos do MST de construir a organização dos espaços da Reforma Agrária, em específico, organizar os assentamentos-produção, forjando, a partir do espaço-lugar, iniciativas ou germe da construção de outro modo de vida, em contraposição à lógica do capital.

Considerações finais

Os sujeitos do campo pertencentes aos Movimentos Sociais Populares do Campo, por meio das lutas sociais e da organização coletiva, conquistaram e ampliaram os processos educativos que constituem práticas educativas com a função de garantir o acesso à universalização da educação. Entende-se tal processo como decorrente da ação política pela democratização dos meios de produção necessários para garantir a existência material e conseqüentemente imaterial. Na materialidade do campo brasileiro, a luta por políticas públicas de educação está associada à luta

pelo trabalho, por condições de vida dignas. Nesta perspectiva, o Movimento Sem Terra tem articulado ações e estratégias na luta pela Reforma Agrária, pela educação e pela transformação social.

Em ação conjunta, os Movimentos Sociais Populares do Campo, mediante apoio da sociedade civil organizada e em parceria com as instituições de ensino público e programas governamentais, têm desencadeado a luta por políticas públicas de educação. Diante da crise do modo de vida social, identifica-se a necessidade da construção de outro projeto político coletivo, alternativo e emancipatório, já que urge a necessidade de superação dos problemas estruturais para assegurar as condições para produzir a vida com dignidade. Neste contexto, o Movimento Social Popular, a educação e os processos de organização da produção sob princípios da Agroecologia são dimensões que se associam à construção de um projeto de campo em contraposição à lógica do capital.

Na reflexão da Via Campesina (2009) acerca do projeto popular para a agricultura, insere-se o Programa Agrário proposto pelo MST e fica explícita a concepção de Reforma Agrária, de educação e de projeto de campo. Nos 25 anos de luta, de resistência e de conquista, foram forjados processos formativos por esses sujeitos sociais, os quais articulam a formação de militantes-técnicos respaldada pelos princípios filosóficos e pedagógicos da educação do MST. As práticas educativas em Agroecologia têm como intenção política e pedagógica um projeto educativo emancipatório que, para a realidade do campo, está associado ao direito à educação escolar e técnica. O entendimento é que, nos espaços de assentamentos conquistados pela luta dos trabalhadores, podem se construir alternativas coletivas, no interior da práxis política organizativa do MST, que inibem a reprodução das relações sociais capitalistas.

Nos espaços de Reforma Agrária e em consonância com a práxis política e organizativa dos sujeitos sociais pertencentes a este movimento, propõe-se e constroi-se a organização da produção, do trabalho e da educação, buscando materializar uma socialização protagonizada pelos próprios sujeitos. Nestes espaços, vivenciam-se tensões, contradições e a possibilidade da constituição de processos socioeconômicos emancipatórios. E, como não poderia deixar de ser, esses elementos manifestam-se no projeto político e pedagógico do MST, por este se constituir em um processo originário e ser fruto das contradições geradas pelo modo de vida social capitalista, produzido pelas classes sociais, particularmente, na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

- ALTIERRI**, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (Síntese Universitária).
- BRASIL**, Ministério da Educação e Cultura. *Referência para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídio/coordenação*: **RAMOS**, Marise N.; **MOREIRA**, Telma M.; **SANTOS**, Clarice A. S. – Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.
- CALDART**, Roseli Nunes. *Pedagogia do movimento sem terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004a.
- _____. *Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do campo*. In: **MOLINA**, M. C.; **JESUS**, S. M. S. (Org.). *Por uma educação do campo: contribuição para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”. 2004b.
- _____. *Sobre a educação do campo*. In: **SANTOS**, Clarice (Org.). *Educação do campo: Campo-políticas públicas-educação*. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008.
- CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA** (CEAGRO). *Projeto rede de educação e pesquisa popular em Agroecologia*. Canta Galo: Digitado, 2008. 23 p.
- DUARTE**, Clarice S. *A constitucionalidade do direito à Educação dos povos do campo*. In: **SANTOS**, Clarice (Org.). *Educação do campo: Campo-políticas públicas-educação*. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008.
- ESCOLA MILTON SANTOS**. MST/PR. *Projeto pedagógico do curso técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia* (PROPED PMA) da Escola Milton Santos. Maringá, PR: Mimeo, 2004.
- _____. *Proposta pedagógica do curso de Ensino Médio e nível técnico*. MST. Maringá, PR: Mimeo, 2002.
- _____. *Projeto político-pedagógico, curso pós-médio em Agroecologia*. MST, Maringá-PR: Mimeo, 2003.
- GLIESSMAN**, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

- LIMA**, Aparecida do Carmo. *Relação escola e comunidade: estratégia metodológica na formação da Turma Karl Marx da Escola Milton Santos do MST/PR*. [Monografia]. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão; 2008. 99 p. (Pedagogia para Educadores do Campo).
- MOLINA**, Mônica, C. *A constitucionalidade e justicibilidade do direito à educação dos povos do campo*. In: **SANTOS**, Clarice dos (Org.). *Educação do campo: Campo- políticas públicas –educação*. Brasília, DF: Incra; MDA, 2008.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST/PR)** *Cartilha sobre a jornada de educação: todo e toda sem-terra estudando*. Curitiba: PR: Novembro, 2006.
- NETTO**, José P. *O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais*. In: **NOGUEIRA**, F. M. G. et al. (Orgs.). *Estado e políticas sociais*: Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2003.
- PEGO**, Fátima Gomes. *Escola Milton Santos - vivências educativas como parte do processo de formação no MST/PR*. [Monografia]. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. 63 p. (Licenciatura em História).
- RIBEIRO**, Maria Luisa S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 3. ed. São Paulo: Moraes. 1981.
- SANTOS**, Clarice (Org.). *Educação do campo: Campo- políticas públicas –educação*. Brasília, DF: Incra; MDA, 2008.
- VIA CAMPESINA**, assembleia popular. *Para debater a crise: projeto popular para a agricultura – integração dos povos*. (Textos para debate). (Mimeo). Curitiba: 2009.